

**ENSAIO PSICOSSOCIOLÓGICO DAS RELAÇÕES ENTRE A  
PRÁTICA-TEORIA NO LOCUS DA MORADIA: ARRUMAC,AO E  
ORGANIZAÇÃO TEMPO-ESPACIAL**

**PSYCHOSOCIOLOGICAL APPROACH OF  
CLEANING,CLEARING ANO SPACE-TEMPORAL  
ARRANGEMENTS OF THE DWELLING**

RABINOVICH, E. P. Ensaio Psicossociológico das Relações entre a Prática-Teoria no Locus da Moradia: Arrumação e Organização Tempo-Espacial. *Rev. Bras. Cresc. Des. Hum.*, São Paulo, IV(2), 1994.

**Resumo:** Este artigo pretende, através de uma abordagem transdisciplinar, esboçar algumas categorias analíticas que possam ser úteis na busca da compreensão dos elementos constitutivos da identidade brasileira. Isto é feito pela análise de certas dimensões habitacionais que se acredita informar sobre o contexto do desenvolvimento infantil.

**Palavras-chave:** habitat, contexto desenvolvimental, limpeza, arrumação, organização espacial, temporalidade, “place identity”.

**Summary:** This article aims to disclose some analytical categorias for understanding Brazilian identity, extracted from borne space arrangements. From a transdisciplinary point of view, lhe physical settings that envelop some critical issues related to place identity and developmental context are discussed.

**Key-words:** habitat, developmental context, cleaning, clearing, space arrangements, temporality, place identity.

1 Psicóloga clínica, mestre em Psicologia Experimental, doutoranda em Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo - pesquisadora do Centro de Estudos do Crescimento e do Desenvolvimento do Ser Humano, Bolsita FAPESP.  
End.: Av. Dr. Arnaldo 715 subsolo sala 21, São Paulo - SP, CEP 01246-904 Fone/Fax: (011) 851.3572

Este artigo visa apresentar e discutir alguns aspectos qualitativos evidenciados em estudos anteriormente realizados sobre o desenvolvimento de crianças, investigados a partir de suas casas e suas famílias. Trata-se, como em GIULIANI (1991), de “um estudo predominantemente teórico, exploratório e de natureza provisória, que não se propõe chegar a conclusões definitivas” (p. 144).

As idéias aqui apresentadas integram uma pluralidade de estudos referentes ao desenvolvimento infantil e ao contexto onde este ocorre. Partimos da hipótese de que o “senso subjetivo do si próprio é definido e expresso não simplesmente pela relação da pessoa com os outros significativos mas também pela relação com os vários contextos que definem e estruturam a vida cotidiana” (PROSHANSKY et ai, 1983, p. 58).

O estudo do contexto está sendo proposto como o estudo da rede de significações que contextualizam o desenvolvimento infantil. Haveria uma linguagem figurativa ambiental que poderia ser lida por um observador externo. Sistemas inter-relacionados formariam e informariam sujeito e ambiente recíproca e interativamente, de modo que o que se observa é “um dispositivo espacial adaptado ao estilo de interação dos indivíduos, nesta sociedade, nesta época, e à própria concepção de pessoa definida pelo seu status no seio de seu grupo social” (ELEB-VIDAL, 1985, p. 219).

Esta linguagem não verbal estaria referida ao corpo, dado ser este “um produto social, do mesmo título que a linguagem e o pensamento” (BRETON, 1985, p. 75). Esta referência ocorre porque “a inserção do corpo em um contexto social e cultural dado induz as linhas dominantes de sua relação com o mundo. Com efeito, os limites do corpo, como o do universo do homem, são sempre aqueles dos simbolismos que o atravessam” (ib. p. 77). O ambiente gera e canaliza os gestos através de práticas-simbólicas, e o sujeito os integra, entre os meios e os desejos, deste modo constituindo-se a si próprio, como indivíduo, e à sociedade, como o Outro, pois, conforme BRETON (1985), a mínima experiência do CORPQ está enraizada no simbolismo de uma cultura, seja ela diretamente produzida por esta última, seja entrando em um sistema de signos que lhe dá um sentido.

Os aspectos que o presente estudo pretende discutir referem-se a questões centrais decorrentes do enfoque direcionado para o interior do ambiente doméstico. São elas: a arrumação, a organização espacial e a temporalidade.

Estes aspectos evidenciaram-se desde o primeiro dos trabalhos (SIQUEIRA et ai, 1992), realizado como parte de uma linha programática de pesquisas sobre desenvolvimento infantil, e que

foi objeto da dissertação de mestrado da autora (RABINOVICH, 1992). Neste estudo, acompanhou-se 60 crianças entre 0-1 ano, durante um período de um ano, através de visitas domiciliares. Estas crianças estavam inscritas em um Programa de Saúde de um Centro de Saúde, obedecendo o critério de residirem no subdistrito de Vila Madalena, São Paulo. O grupo era composto, em sua maioria, por famílias de baixa renda. O acompanhamento foi realizado através de uma série de instrumentos como: anamnese infantil, anamnese da família, roteiro para observação da casa, Ficha para Acompanhamento do Desenvolvimento do Ministério da Saúde, etc.

Nesta pesquisa, ficou evidenciada a dificuldade de lidar-se com o viés etnocêntrico quando o desenvolvimento é entendido como um produto da interação entre criança e meio. A diversidade fez ressaltar que a psicologia do desenvolvimento, para ter validade em outros contextos e não ser apenas normativa, deveria adquirir um olhar etnológico, ou ao menos, etnográfico: ou seja, descrever o observado tentando evidenciar categorias descritivas. Para PROSHANSKY & FABIAN (1987), deve-se compreender que, embora a socialização ocorra em contextos físicos na vida real, a psicologia do desenvolvimento examinou o processo de desenvolvimento à parte de qualquer contexto físico particular, a fim de derivar princípios universais sobre a socialização e desenvolvimento da criança. Segundo estes autores, “este conhecimento tem validade duvidável quando aplicado fora do laboratório nos vários contextos físicos nos quais a socialização ocorre” (p. 22). Segundo eles, poucos estudos foram conduzidos sobre a significância da moradia como um contexto físico crítico para o desenvolvimento infantil.

Dentro desta Ética, realizamos uma série de outros estudos. Em um deles, (RABINOVICH, 1994), foi descrito o modo de morar de um grupo de crianças cujas moradias localizavam-se sob um viaduto da Capital. Foram entrevistadas 20 famílias de moradores, colhendo-se a anamnese familiar e a anamnese de 28 crianças de 0-6 anos. Foram feitas observações das crianças dentro e fora da moradia, e coletados desenhos de algumas delas. Foi realizado registro fotográfico e video-filmagem do habitat.

Uma outra pesquisa,<sup>2</sup> nos mesmos moldes, foi realizada com crianças da zona do Cocal, interior do Piauí (RABINOVICH, 1994). Neste trabalho foram visitadas 20 moradias situadas em quatro localidades próximas à cidade de União. Nas visitas, procedeu-se um estudo sistemático utilizando-se dos seguintes instrumentos: roteiro para observação da casa; entrevistas semi-estruturadas sobre: a fartaria, a criança, como a casa é utilizada

2 Agradecemos à Pastoral da Criança - CNBB pela oportunidade desta pesquisa.

pelos moradores, os hábitos educacionais a partir da casa, como as duas questões anteriores afetam o modo como a criança é criada, e qual a representação que os pais têm desta prática; vídeo-filmagem e fotografias da casa e, quando possível, da criança em atividades cotidianas.

A partir destes estudos, alguns aspectos emergiram. Será objeto do presente trabalho um ensaio sobre a relação prática-teoria do modo de morar baseado em dois aspectos: arrumação e organização tempo-espacial do ambiente doméstico.

## A ARRUMAÇÃO

A arrumação pode ser definida como a organização das coisas no cômodo. Ela pode ser subdividida em dois componentes: ordem e limpeza. A ordem é a disposição no espaço segundo uma categorização das coisas. A limpeza é o produto da ação empreendida a partir de uma classificação do sujo e da eliminação deste.

Tais definições operacionais decorreram de categorias empíricas coincidindo com a definição de desordem encontrada em WELZER-LANG & FILIOD (1992), para quem “quando a desordem invade tudo, a pessoa de fora deverá tirar os jornais de uma cadeira para se sentar” (p. 48).

Observamos também haver coincidência entre ordem e limpeza. Igualmente para KAUFMANN (1992), a limpeza e a ordem não constituem dois domínios claramente separados. “A limpeza é com efeito fundamentalmente a definição de um limite separando o sujo do si próprias uma ordem das coisas, ou mais precisamente, um acordo entre uma ordem representada e sua concretização, enquanto que a arrumação se integra em uma categoria mais ampla da limpeza uma casa bem arrumada é uma casa limpa. Entretanto, na observação das práticas, é geralmente possível classificar sem muita dificuldade gostos de limpeza e gestos de arrumação” (p. 73). A partir de considerações semelhantes, eliminamos paulatinamente a classificação ordem/desordem e limpo/sujo e substituímos pela arrumado/não arrumado.

Em todas as pesquisas realizadas, pode-se observar cuidados com a ordem e a limpeza das casas e das pessoas. 75% das moradias sob o viaduto, 80% das de zona urbana, e 85% das da zona rural foram consideradas como arrumadas e limpas. Além disto, pudemos observar a preocupação com o banho e a aparência física, de crianças e adultos, podendo a criança ser banhada até cinco vezes ao dia, no Piauí. As roupas foram vistas frequentemente sendo lavadas ou expostas ao sol quer nos cortiços,

quer em casas convencionais de população de baixa renda, quer sob os viadutos. Deste modo, ausência de banheiros e dificuldade de acesso à água não significaram sujeira.

Em contraposição, os espaços públicos são o lugar do lixo. A ruela interna do agrupamento de moradias sob o viaduto achava-se suja, com todo tipo de detrito, inclusive uma vala aberta onde corria água servida. No Piauí, as fezes das crianças eram jogadas pela janela, assim como as necessidades eram realizadas no marinho. Sob o viaduto, uma mãe mandava a filha de 4 anos esvaziar o urinol no rru^Itinho, algum lugar próximo onde só havia cimento e entulho. Moradores de rua, frequentemente, utilizavam vassouras para varrer o espaço onde estavam, acumulando os detritos na fronteira.

Estas observações sugerem a noção de fronteira, limite, separação na origem destes processos através dos quais haveria uma diferenciação pelo limpo/sujo entre o eu/não-eu, e entre o privado/público. Neste sentido, o público seria depositário da sujeira, sendo a limpeza uma forma de delimitar o privado do público, o eu do não-eu, ou, como diria DAMAITA (1985), a “casa” da “rua”, o pessoal do impessoal. A limpeza parece estar referida a um assunto pessoal, próprio, interior, ligada à aparência e bem-estar, enquanto a sujeira e suas possíveis conseqüências, como as doenças, estão fora, no exterior, no público. Limpeza-casa-privado-eu estariam em contraponto a sujeira-rua-público-não-eu.

KOKOREFF (1992), estudando o espaço público do metro, discute a tese de que a oposição interior/exterior dos lugares de habitação realmente apropriados determina atitudes face aos dejetos Aparecendo o espaço público como o lugar do dejetos. Segundo este autor, este argumento, expresso em nome do relativismo cultural, fornece uma forma de racismo do cotidiano onde o imigrado, “o sujo”, “o que suja”, é apenas o sintoma de uma experiência traumática da alteridade.

Segundo SEGAUD (1992), “o que escapa ao tecnocrata é que passar do sujo ao limpo encontra imediatamente o consenso social. Esta dimensão ética e sagrada do limpo é vivida como uma transição para o estético” (p. 12). Para esta autora, essa passagem, na sua cotidianidade repetitiva, é um dos processos na base da apropriação do espaço, onde os “moradores misturam sem cessar o bem ao belo fazendo nascer das práticas modestas da vida cotidiana uma estética misturada a uma ética” (p. 13). TESSIER (1993)<sup>5</sup> também considera a gestão do limpo-sujo como uma categoria estética, podendo ser a limpeza um aspecto equivalente à decoração,

3 Outros aspectos serão objeto da tese de doutorado sob a orientação da Profa. Dra. Eda Terezinha de Oliveira Tassara.

4 Em francês: “sol prope”, significando o “próprio eu” e o “eu limpo”.

5 Comunicado pessoal à autora.

“diferindo apenas pelo tempo onde se inscrevem, uma sendo dinâmica e a outra estática”. WELZER-LANG & FILIOD (1992) consideram a limpeza como um rito se cular de purificação que permite recolocar em ordem: “o rito de limpeza ou de arumação é uma prática social que permite definir e controlar sem cessar a ordem simbólica que ele evidencia” (p. 501).

Para SEGAUD (1992), as mentalidades renascentistas e barrocas não separavam o que atualmente seria considerado como pertencendo a lógicas distintas. “O processo da formação da civilização dos costumes, pilotado pela corte, definiu a civildade como uma nova concepção de existência, onde a limpeza era considerada não apenas um indicador de uma certa ordem social e moral do nobre e do ignóbil mas, igualmente, um operador que tornava possível as distinções de status” (p. 15). A civilização dos costumes é onde a higiene se objetiva, onde ela se torna idéia de higiene, onde é gerada, separadamente, por instituições específicas através de lógicas racionais, onde é tratada como categoria autónoma, sendo esta autonomização acompanhada por uma dessacralização. GOUBERT (1995)<sup>6</sup> considera a passagem do SUJO para o limpo revelador da modernidade devido à separação do tempotespaço em termos de higiene.

No Brasil, segundo GOMES & ADORNO (1991), durante a época da Colônia, o privado impunha-se ao público, em uma extensão da lógica da propriedade rural, na tentativa de uma elite impor o seu modo de vida a outras camadas da população. A estratégia higienista foi a da reestruturação familiar para moldar comportamentos compatíveis com os interesses da Coroa em relação ao público, qual seja, “para manter a cidade livre da sujeira, que, pela criação de doenças, perturbava as atividades comerciais” (p. 90).

Até que ponto esta família foi moldada? Até que ponto a cidade predomina sobre o rural? Não percebemos uma origem indígena e africana na alegria do banhar-se, em contraposição à tradição europeia dos potenciais perigos ligados à água? Podemos supor que nem sempre há raciocínios em termos alternativos, sujo/limpo? Podemos supor uma realidade ainda sacralizada, ao mesmo tempo que objetivada? Podemos supor corpos não segmentados, não maquinais? Podemos supor a mestiçagem como sua jazendo à formação híbrida de processos identificatórios do corpo próprio e do outro

Do ponto de vista psíquico, se assumirmos que o limpar pode fazer parte de um sistema prático-simbólico não segmentado, não sendo tam-

bém apenas um ritual de evitação, associado a mecanismos de defesa obsessivos, estaríamos pressupondo a elaboração de uma identidade a partir de referenciais diversos aos usualmente utilizada na psicologia. A vivência do corpo e de suas funções desdobradas na casa e em suas funções, dar-se-ia através destas práticas-simbólicas ancoradas em objetos e pais, trazidas concomitantemente pelos tempos mui longos das histórias arquetípicas e transgeracionais, pelos tempos das mudanças sociais e pelos tempos curtos das diferenças individuais<sup>7</sup>.

Para GRUZINSKI (1995), um equívoco esteve na base da comunicação entre os missionários cristãos e índios e os índios latino-americanos: enquanto pensamento cristão funcionava por metáfora, o pensamento indígena funcionava por metonímia. Para índios, sujeira e pecado não eram sinônimos, mas os missionários utilizaram do termo indígena significando “homem poluído” para designar o pecado. Um ato inteiramente dito, para os índios, não produzia sujeira que coexistente com o limpo e podia por em contato com divino. Para os espanhóis, havia uma causalidade entre pecado/sujeira; para os índios, uma justaposição.

Não estaremos ainda presenciando lógicas baseadas em metonímias: justaposições que se expressam no manejo do limpo/sujo como categorias estéticas, envolvidas em categorias éticas?

### A ORGANIZAÇÃO TEMPO-ESPACIAL DO AMBIENTE DÔMÉSTICO

As casas estudadas tenderam a apresentar divisões internas associadas às funções orgânicas: sono, alimentação, evacuação. Enquanto em casas convencionais, portas separando os cômodos, nas casas no Piauí e em São Paulo (sob o viaduto e em Vila Madalena), afora porta de entrada, quando esta existe, as divisórias, quando presentes, são feitas por cortinas, móveis etc. O dormitório é coletivo, havendo uma tendência a ter mais de uma pessoa por cama, embora no Piauí, cada pessoa inclusive o bebê, tenha sua própria rede. Não há corredores, nem terraços, e, algumas vezes, nem janelas.

Deste modo, questões envolvendo privacidade e intimidade dão-se necessariamente de forma diferente em outras classes sociais que habitam de outras formas. Além disso, a noção de espaço pessoal e de lugar pessoal tais crianças está baseada em contextos físicos diversos dos de famílias nucleares.

Denominamos *coletivizado* o modo de vida que polariza com o modo de vida privatizado. É um

6 As citações atribuídas a GOUBERT, CASTORIADIS e C; RUZINSKI referem-se a anotações em seminários, por eles administrados, na Ecole d Hautes Études en Sciences Sociales, localizada em Paris, no período de dezembro de 1994 a fevereiro de 1995.

7 O conceito de diferentes temporalidades históricas, concomitantemente dadas, de F. BRAUDEL, está sendo aplicado ao conjunto dos estudos.



conceito complexo baseado na família como unidade residencial e nos contextos físicos das casas onde tais unidades habitam. Estes contextos são caracterizados por ausência de portas e intermediações como corredores; camas onde dormem mais de uma pessoa; mais de 2.0 morador/c8modo; m^?is de uma família morando sob um mesmo telhado. E um conceito ancorado tanto no ambiente físico quanto na organização social. Em consequência, defni mos família como grupo de co-residência.

O banheiro é um irem muito importante, variando de sua ausência total para banheiro externo, para interno sem porta e para interno com porta. O banheiro foi classificado como um índice de comodidade pois usualmente ele fornece indicadores sobre vários outros aspectos da moradia.

Estabelecemos a categoria intermediária semi-coletivizado para quando uma família mora no mesmo terreno que uma outra, e semi-ordenado quando, em um cortiço, por exemplo, as pessoas traçam paredes inexistentes com cortinas, ou mesmo, moradores de rua, fazem o mesmo na rua, encenando uma moradia.

Em resumo: observamos um modelo de casa que tende a distribuir as funções domésticas por cômodos havendo ou não paredes reais, com três modelos de família: privatizada, semi-coletivizada e coletivizada, com predominância do padrão coletivizado e semi-coletivizado de morará

O modelo privatizado de modo de morar é um modelo que compartimentaliza as atividades, objetos e pessoas. Seria uma casa disciplinar, pois seu princípio é a disciplinarização do corpo através da especialização e segmentação das práticas sócio-educativas. Nele, há um predomínio das intermediações e dos processos de comunicação secundários: palavras, e não gestos ou toques. Cada coisa tem seu lugar e a ligação entre os lugares segue regras pré-estabelecidas. As relações e interações tendem a se dar através de objetos intermediários, que funcionam como objetos transicionais, complementando e substituindo relações interpessoais. A diferenciação do mundo, através de usos específicos das coisas e dos lugares, leva ao acúmulo das palavras, de suas diferenças dentro do tipo e de suas relações: uma vez segmentadas, elas tornam-se manipuláveis verbalmente, sem levar em conta a base concreta a que se referem. Concomitantemente à ordem das coisas no espaço, ocorre a ordem no tempo: cada ato no seu tempo devido, o que caracteriza a emergência de uma racionalidade que parece a única racionalidade possível.

O modelo coletivizado é sintético, o todo tende a prevalecer sobre a parte. A ausência de intermediações, como corredores, tende a inten-

sificar a comunicação das partes. A família coletivizada tende a ter menos posses devido à sua própria condição grupal: as relações dão-se diretamente entre os agentes. Há uma tendência expressão do corpo, o que pode, ambientalmente, aparecer como instabilidade ou maleabilidade dos limites: não há lugares muito certos para as coisas e pessoas, embora haja hierarquias e estruturas segundo sexo, idade, status etc.

A identidade da pessoa está ligada, em parte, às propriedades físicas da casa, sendo estas uma metáfora da vida porque estruturamos a casa como queremos estruturar a vida (HILL, 1991).

A casa tanto reflete a imagem corporal quanto é por ela refletida participando ativamente de sua constituição do ponto de vista do desenvolvimento psicomotor infantil (AUGRAS, 1993). A identidade seria construída a partir das vivências corporais e simbólicas que se dão nas interações entre o sujeito, objetos e pessoas. As práticas-simbólicas dos cuidados inscreveriam-se na imagem corporal da criança, e, subseqüentemente, de si própria. Esta passagem faz-se pelas rotinas de cuidados, que, através de "habitus", tanto estabelecem esquemas espaciais quanto temporais.

PROSHANSKY ~ FABIAN (1987) definem "place identity" como uma subestrutura da auto-identidade da pessoa que é formada pelas cognições sobre o ambiente físico, que também servem para definir quem a pessoa é. Estas cognições representam memórias, idéias, sentimentos, atitudes, valores, preferências, significados, e concepções de comportamento e experiência que se relacionam à variedade e complexidade dos contextos físicos que definem a existência cotidiana de todo ser humano (PROSHANSKY et al, 1983). Ela evolui como resposta às propriedades do ambiente físico e social, quer através das relações interpessoais quer através dos significados atribuídos a espaços e lugares por outras pessoas. Em con^Junto com outros tipos de cognições, aquelas relacionadas ao mundo f~sico são entrelaçadas ao tecido do auto-conhecimento que estabelece a auto-identidade.

Propomos o conceito de "place identity" coletivizado para descrever o espaço pessoal não privatizad~ Esta proposta parte do conceito de "place identity", entatizando seus dois termos, lugar e espaço, conforme propostos por TUAN (1983), em que lugar corresponde a apego, e espaço, à autonomia. O lugar é o modo como as necessidades básicas de afeto são satisfeitas de fornra a criar o "canto próprio" (RABINOVICH, 1992). A noção de espaço refere-se ao poder se movimentar, à autonomia. Lugar e espaço comporiam o lugar pessoal: o encontro entre as sensações proprioceptivas, intero e exteroceptivas, e as injunções do mundo exterior resultando no espaço que, subjetivamente, ocupa-se no mundo. RIVLIN (1990)

8 Há mais um modo de morar, o nómade categoria surgida das observações do modo de morar nó ruam

concebe o lugar como suporte material para a identificação; nós o concebemos, além disto, como subjetividade. O lugar seria o si-próprio, construído sócio-historicamente através de uma longa cadeia de significações obtidas na interação sujeito-mundo. Lugar e espaço, conceitos relativos ao ambiente físico, se associam a apego e autonomia, conceitos relativos à relação mãe-criança.

Supomos que o espaço pessoal coletivizado, decorrente do modo de morar coletivizado, é diferente do espaço pessoal privatizado, onde ocorrem os estudos sobre “place identity”. O lugar seria composto por várias pessoas, no que TRONICK et al (1992) chamaram “um sentido de ‘self’ que incorpora outras pessoas”. A autonomia, por sua vez, não se descentraria do grupo familiar, caracterizando uma dinâmica de interdependência, em que da sobrevivência do grupo depende a sobrevivência do indivíduo.

Do ponto de vista cognitivo, as regras são estabelecidas a partir da atividade relacional e não apenas de conceitos impessoais. Conforme descrição de DAMATTA (1985), estariam mais próximas às sociedades relacionais, em que o indivíduo é menos visível e a relação é o sujeito das rotinas sociais, do que de uma sociedade em que predomina a “ética protestante” onde tempo é dinheiro e o indivíduo e sua privacidade, o centro do sistema.

Segundo GOUBERT (1995), existe uma racionalidade que subjaz à toda organização espacial. Esta racionalidade funda uma corporiedade baseada nos gestos. Os gestos estruturam os tempos, os hábitos, a rotina, a duração, a temporalidade.

A não especialização dos lugares e espaços ocasiona o que HALL (1983) chamou de tempo policrônico. O tempo policrônico é caracterizado por várias atividades sendo feitas ao mesmo tempo, em oposição ao tempo monocrônico, caracterizado por se fazer uma atividade por vez. No tempo policrônico, há uma ênfase no envolvimento com pessoas e com a realização de transações, antes do que com esquemas pré-estabelecidos como ocorre quando predomina o tempo monocrônico. O tempo policrônico é menos tangível, frequentemente mais sagrado, estando correlacionado a espaços públicos onde o privado é tratado coletivamente. Para o monocrônico, “time is money”, algo que se ganha, se perde, se compra, se vende. Hall compara a pessoa que vive o tempo monocrônico a um quarto com a porta fechada, privado, compartimentado, planejado, onde o planejamento causa a compartimentação porque é isto que torna possível a concentração em uma só coisa. O planejamento, ao instituir prioridades, trans-

forma-se em um sistema de classificação que ordena a vida. Finalmente, o monocrônico tende a separar uma ou duas pessoas e a intensificar a relação, de modo que invadir tal relação é considerado um modo egocêntrico e narcisista. Enquanto o policrônico se vê como parte de um sistema, o monocrônico não se vê como parte do todo.

Para GOUBERT (1995), entra-se na modernidade quando o tempo se separa no espaço ou quando o espaço, de multifuncional, passa a ser monofuncional devido a uma racionalidade fundada em uma ordem cultural. Esta divisão deu-se, nas grandes metrópoles norte-americanas e do Leste europeu, nos séculos XIX-XX. O fogo, por exemplo, que era luz e calor, passou a ser a iluminação elétrica e o fogão; a água, de uma única fonte, dividiu-se entre água para a cozinha, para lavar as mãos, para o banho e para lavar a roupa. A casa, concomitantemente, passa a ser o refúgio do mundo, “onde me tranco comigo mesmo para viver meu corpo, minha animalidade, minha interioridade” (GOUBERT, 1995). Dimensões coletivas, plurifuncionais, com contiguidade espaço/tempo, passaram a estar separadas através de elementos móveis corredores, portas, janelas, e também disposições dos móveis, transformando-se, através de uma especialização funcional e uma individualização, tanto nas práticas higiênicas quanto no uso de camas, lençóis, objetos individualizados etc. Esta racionalidade visa o controle e está baseada na idéia de progresso. O selvagem contrapõe-se ao civilizado do homem urbano. A tecnologia cria uma base para novos gestos que são uma nova relação com o espaço através de uma reorganização do tempo.

Segundo GOUBERT (1995), quando o tempo é “comido” pelo espaço, entra-se na pós-modernidade. O tempo, com sua articulação própria, desaparece. O que conta não é a referência imanente do tempo - sagrado e social ao mesmo tempo - conta a imanência do dinheiro: “fazer dinheiro”, “fazer amor”. A repartição do espaço faz com que os espaços se tornem um só, que é o processo de globalização.

Quando, contudo, o tempo cíclico comanda o espaço, como por exemplo, durante as festas natalinas quando as ruas da cidade e as casas são enfeitadas, haveria uma correspondência entre natureza e corpo, entre os ritmos da natureza e os do corpo. Não haveria intermediários, havendo um contato direto com a natureza. Segundo GOUBERT (1995), é o tempo “arredondado”, o tempo da não exatidão científica, que vai além da medida justa. Este tempo não fala da quantidade do tempo mas do seu entorno. E o tempo barroco das culturas híbridas, mestiças.<sup>9</sup>

9 Em resposta às críticas sobre o conceito de miscigenação como origem de uma identidade nacional, acreditamos que, embora haja uma hegemonia socialmente centrada, há processos multifocais que respondem pelo “diverso” culturalmente. Entendemos a identidade nacional como uma utopia que se constrói “ad infinitum”, em aberto. Do mesmo modo, este trabalho é parte deste processo de construção. Finalizaremos com a observação de Serge Gruzinski de que o Norte é que tem a aprender com o Sul, reconhecendo não apenas a particularidade das manifestações culturais latinoamericanas mas sugerindo que a postura de colonizado cultural deveria ser, por nós, revista.

O predomínio do pensamento por metonímia, decorativa da mestiçagem e pluriculturalismo, e a noção de tempo policrônico arredondado, sincrônicos ao arranjo tempo-espaçial das moradias poderiam responder tanto pelo jeitinho brasileiro quanto pela medida brasileira mais ou menos. Esta medida contrapõe-se a uma das conseqüências da racionalidade cartesiana que é a colocação de termos “exatos” e verbais, que podem ser vistos como um corte com relação ao “real”

(CASTORLADIS, 1995), uma imposição da “ordem” sobre a “desordem”.

O mais ou menos pode ser entendido como uma medida muito precisa porque precisa a imprecisão, contendo um grau de indeterminação que as medidas exatas excluem; inclui uma continuidade entre o sim e o não; pressupõe processos em transformação. De modo que, não se trata de se optar por uma posição intermediária, nem mais nem menos, mas de aceitar a indeterminação essencial dos sistemas hipercomplexos da realidade humana.

## BIBLIOGRAFIA

- AUGRAS, M. *Fenomenologia da situação de psicodiagnóstico*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1993.
- BRETON, D. Le. *La symbolique corporelle*. *Ethnol. Fr.* XV, 1985.
- DAMATTA, R. *A casa e a rua*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985.
- ELEB-VIDAL, M. Dispositifs et moeurs: du privé au intime. In: ELEB-VIDAL, M. (org.): *La Maison. Espaces et intimités*. Colloque, Paris, nov. 1985.
- GIULIANI, M. V. Towards an analysis of mental representations of attachment to the home. *J. Areluit. Plann Res.*, 8(2), 1991.
- COMES, F.; ADORNO, R. C. F. Criança e menor na sociedade brasileira: serviços, cuidados e exclusão. *Rev. Bras. Cresc. Des. Hum.*, 1(1): 83-98 1991.
- HALL, E. T. *The dance of life. The other dimension of time*. New York, Anchor Books/Doubleday, 1983.
- HILL, R. P. Homeless women, special possessions, and the meaning of “home”: an ethnographic study. *J. Consum. Res.*, 18: 298-310, December, 1991.
- KAUFMANN, J. C. Différences sexuelles et ruptures intergénérationnelles du propre et du rangé. In: SEGAUD, M. (ed). *Le propre de la ville: pratiques et symboles*. La Garenne Colombes, Eds de l’Espace Européen, 1992.
- KOKOREFF, M. L’espace public du métro: propreté, saleté et civilité. In: SEGAUD, M. (ed). *Le propre de la ville: pratiques et symboles*. La Garenne Colombes, Eds de l’Espace Européen, 1992.
- PROSHANSKY, H. M.; FABIAN, A. K.; KANNOFF, R. Place identity: physical world socialisation and the self. *J. Environ. Psychol.*, 3:57-83, 1983.
- PROSHANSKY, H. M.; FABIAN, A. K. The development of place identity in the child. In: WEINSTEIN, C. S.; DAVID, T. C. Spaces for children: The built environment and child development). New York, Plenum Press. 1987.
- RABINOVICH, E.P. Modo de vida e a relação mãe-criança: o mamar e o andar, o modo de dormir e o modo de morar. São Paulo, 1992. [Dissertação de Mestrado - Instituto de Psicologia/USP].
- RABINOVICH, E. P. Modo de vida de crianças “sem casa” “sedentárias”: suas casas, suas famílias, suas vidas. *Rev. Bras. Cresc. Des. Hum.* IV(1): 71-79, 1994.
- RABINOVICH, E. P. O modo de morar e a vida cotidiana como indicadores qualitativos do desenvolvimento infantil: um estudo de uma população de crianças de 0-3 anos na zona rural do Piauí, Brasil. *Cad. Des. Infant.*, 1(1): 47-59, Julho 1994.
- RIVLIN, L. G. Home and homelessness in the lives of children. *Child Youth Serv.*, 14(1): 5-17, 1990.
- SEGAUD, M. Le propre et la vilee. In: SEGAUD, M. (ed) *Le propre et la vilee: pratiques et symboles*. La Garenne Colombes, Eds de l’Espace Européen, 1992.
- SIQUEIRA, A. A. F. de; OLIVEIRA, D. C.; RABINOVICH, E. P.; SANTOS, N. G. Instrumentos para o acompanhamento e avaliação do desenvolvimento infantil na atenção primária à saúde. *Rev. Bras. Cresc. Des. Hum.*, II(2): 59-99, 1992.
- TRONICK, E. Z.; MOREELI, G. A.; IVEY, P. K. The eye contact of infant and toddler’s pattern of social relationships: multiple and simultaneous. *Dev. Psychol.* 29(4): 568-577, 1992.
- TUAN, Y.- F. F. *Espaço e lugar*. São Paulo, Ed. Difel, 1972.
- WELZER-LANC, D.; FILIOD, J.-P. “Tes désirs font désordre...” Sexes et symboliques dans l’espace domestique. In: SEGAUD, M. (ed). *Le propre et la ville: pratiques et symboles*. La Garenne Colombes, Eds de l’Espace Européen, 1992.

recebido em: 05/04/95  
aprovado em: 04/05/95